



MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: DA FORMAÇÃO ÀS ESTRATÉGIAS DE LUTA NA ATUALIDADE

BRAZILIAN STUDENT MOVEMENT:
SINCE FORMATION UNTIL STRATEGIES OF STRIGGLE TODAY

MOVIMIENTO ESTUDIANTIL BRASILEÑO:
DE LA FORMACIÓN A LAS ESTRATEGIAS DE LUCHA EN LA ACTUALIDAD

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutinⁱ
Simone de Fátima Flachⁱⁱ

RESUMO: A partir de pesquisa bibliográfica, o presente texto tem como objetivos centrais colaborar para o debate sobre as ações desenvolvidas por jovens estudantes no processo histórico-social brasileiro e relacionar suas lutas com atual conjuntura política nacional. Para tanto, traça uma linha histórica de forma a apresentar as primeiras atuações juvenis, a formação do movimento estudantil, suas ações e reivindicações, com foco naquelas voltadas à conquista, ampliação ou manutenção do direito à educação. A análise das ações dos jovens estudantes na realidade nacional indica que o movimento estudantil contribui para a formação de uma consciência coletiva e, conseqüentemente, para a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil. Participação estudantil. Atuação juvenil. Ocupação de escolas.

ABSTRACT: From bibliographic searches, the text has the objective: contribute to the debate about actions developed by students in historic and social Brazilian process and connect it their fights in actual political conjuncture. For that shows the history about it to present the firsts students actuation, how students movement were created their actions and claims, focused on conquest, enlargement or maintenance of education's right. The students analysis about national reality shows that the student movement is important for formation of a collective consciousness and transform the society.

KEYWORDS: Student movement. Student participation. Youth performance. Occupation of schools.

RESUMÉN: A partir de la investigación bibliográfica, el texto tiene como objetivos centrales colaborar para el debate sobre las acciones desarrolladas por jóvenes estudiantes en el proceso histórico-social brasileño y relacionar sus luchas con actual coyuntura política nacional. Para ello, traza una línea histórica para presentar las primeras actuaciones juveniles, la formación del movimiento estudiantil, sus acciones y reivindicaciones, con foco en aquellas orientadas a la conquista, ampliación o mantenimiento del derecho a la educación. El análisis de las acciones de los jóvenes estudiantes en la realidad nacional indica que el movimiento estudiantil contribuye a la formación de una conciencia colectiva y, consecuentemente, a la transformación social.

PALABRAS CLAVE: Movimiento estudiantil. Participación estudiantil. Actuación juvenil. Ocupación de escuelas.

¹ Submetido em: 2008/2017 – Aceito em: 16/09/2017 – Publicado em: 24/09/2017.



INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem vivenciado acontecimentos político-sociais que evidenciam o embate entre as classes sociais as quais, no limite do processo democrático, podem contribuir para o avanço ou retrocesso de conquistas históricas para toda a população. Os estudantes brasileiros não ficam à margem desse processo e têm mostrado sua força em mobilizações pelas ruas, em ocupações de espaços escolares e em reivindicações de toda natureza.

Nos anos de 2015 e 2016 a sociedade brasileira assistiu a mobilização de jovens em defesa de direitos sociais e educacionais, materializada em ocupações de espaços escolares em todo o país. Essas ocupações emergiram como uma nova estratégia de luta do movimento estudantil, evidenciando um processo organizativo que se ampliou em proporção geométrica pelo território brasileiro, fazendo com que diferentes segmentos sociais participassem do debate a respeito das reivindicações estudantis. Nesse contexto, o movimento estudantil pode ser caracterizado como um dos elementos imprescindíveis para a luta hegemônica que ocorre cotidianamente no seio da sociedade.

Tanto o movimento de ocupações realizado pelos estudantes paulistas em 2015, quanto o movimento de ocupação de escolas públicas de 2016, iniciado no estado do Paraná, ocorreram como resposta às reformas educacionais propostas pelo Estado brasileiro. As reformas propostas, segundo seus idealizadores, são medidas que visam contribuir para a ampliação da qualidade da educação. No entanto, tais reformas encobrem os reais interesses e compromissos assumidos, os quais vilipendiam conquistas históricas e fragilizam a, já precária, formação dos estudantes. É nesse contexto que, a organização dos estudantes secundaristas emerge como uma alternativa na luta pela educação pública.

A bandeira pela democratização e pela preservação do direito ao acesso ao ensino público de qualidade não é nova, visto que já orientou o movimento dos estudantes no passado. Ao analisarmos historicamente o movimento estudantil brasileiro é possível perceber como os jovens, tomando como base o diagnóstico da realidade social, imprimiram em sua bandeira de reivindicações a luta pela educação pública brasileira.

Colaborar para o debate sobre as ações desenvolvidas por jovens estudantes no processo histórico-social brasileiro e relacionar suas lutas com a atual conjuntura política nacional são os objetivos centrais do presente texto, visto que a mobilização estudantil em torno de um ideal político e social integra acontecimentos que contribuíram para o desfecho de importantes episódios da história do país. Em que pese à mobilização dos jovens estudantes brasileiros se apresentar de forma fragmentada e isolada em diversos momentos ao longo da



história do país, sua discussão é importante para a compreensão sobre como os jovens assumem a centralidade em diferentes momentos políticos.

Para tanto, o artigo está organizado em três partes. Na primeira intitulada “Os primeiros passos da atuação política da juventude brasileira” aborda-se a atuação juvenil no Brasil em diversos contextos e instituições, visando contribuir para o entendimento sobre como o movimento estudantil, se legitimou como um movimento de massas e ganhou projeção ao incorporar em suas pautas as lutas em prol da democratização da educação. A segunda parte do artigo intitulada “A atuação do movimento estudantil no período ditatorial militar” discorre sobre algumas reformas para a educação propostas durante o período de Ditadura Militar, iniciado em 1964, bem como aborda sobre a repercussão de tais reformas no movimento estudantil estruturado na UNE. A última parte, “Ocupação de espaços escolares: a nova estratégia de luta do movimento estudantil”, traz uma reflexão sobre o movimento estudantil no contexto atual e como este pode contribuir para a ampliação, manutenção e acesso aos direitos, dentre os quais a educação se insere.

Por fim as considerações finais apontam que ao longo da história brasileira o movimento estudantil contribuiu para colocar em relevo o debate acerca da conjuntura social, política e econômica, de diferentes períodos, tendo a educação como importante bandeira de luta. Ainda, indica o quão importante foi o processo de ocupação de escolas pelos estudantes, ocorrido nos anos de 2015 e 2016, o qual suscitou o debate político e social em torno das reformas propostas pelo governo federal. Nesse contexto finaliza que o movimento estudantil pode contribuir para a formação de uma consciência coletiva que tenha como objetivo a transformação social.

OS PRIMEIROS PASSOS DA ATUAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Em que pese o movimento estudantil brasileiro na atualidade ter se destacado em razão das ocupações de escolas ocorridas nos anos de 2015 e 2016 tendo a defesa da educação pública de qualidade entre suas reivindicações, sua atuação é bem mais ampla. Os estudantes se estiveram presentes em diferentes momentos da conjuntura política do país, fazendo parte de processos reivindicatórios e em defesa de direitos sociais, políticos e educacionais.

Ao analisar o movimento estudantil brasileiro é possível perceber que a luta pela educação esteve presente em diferentes episódios históricos, mas não em todos, em razão das necessidades mais imediatas em cada contexto. Nas primeiras mobilizações juvenis a pauta do movimento se centrava na luta pela conquista de direitos considerados essenciais nos contextos históricos em análise.



Poermer (1979) estabelece o ano de 1710 como o marco inicial do engajamento político do jovem brasileiro. Segundo o autor, naquele ano, os jovens se mobilizaram para a expulsão de um corsário francês que havia invadido a cidade do Rio de Janeiro com o propósito de pilhar as riquezas. Já para Mendes Jr. (1982) a primeira mobilização juvenil ocorreu em 1786, quando Joaquim Maia e outros onze estudantes, tendo como motivação a Independência dos Estados Unidos de 1776, escreveram uma carta para Thomas Jefferson com o propósito de buscar apoio americano para a libertação do Brasil do domínio político português. No entanto, Mendes Jr. (1982) ressalta a particularidade do fato, em razão da inexistência de atuação coletiva organizada, considerando sua importância, pois do grupo de estudantes liderados por Maia fazia parte um jovem que teve forte atuação na Inconfidência Mineira. Esses fatos indicam que as primeiras mobilizações juvenis tiveram inspiração política.

Segundo Mendes Jr (1982) a atuação política dos estudantes brasileiros, organizada de forma coletiva, se iniciou com a criação das chamadas “Sociedades acadêmicas” ou “Clubes acadêmicos”, ainda no período colonial. Tais entidades defenderam posicionamentos favoráveis ao regime republicano e à Abolição da escravidão.

As concepções defendidas pelos estudantes daquele período expressavam um avanço ideológico e político para o contexto histórico analisado, em razão de que os estudantes eram, em sua maioria, oriundos de grupos dominantes. Mendes Jr (1982) ressalta que, ao defenderem projetos como a Abolição da escravidão e a República, contribuíram para o rompimento com concepções hegemônicas que orientavam a organização social, política e econômica da época.

Na década de 1930, os estudantes voltaram a explicitar seu posicionamento político frente a sociedade. Em 1932, no contexto da Revolução Constitucionalista, a participação estudantil “representou a primeira prova de fogo a que foi submetido o poder de Getúlio Vargas nos seus quinze anos de governo” (MENDES Jr., 1982, p. 28). Naquele ano os estudantes, engajados na Frente Única anti-getulista, participaram de manifestações em apoio de uma campanha pelas eleições para uma Assembleia Constituinte.

Para realizar o enfrentamento com o pensamento político hegemônico, a Frente Única anti-getulista organizou comícios e manifestações para demonstrar seus posicionamentos. No entanto, a manifestação realizada no dia 24 de maio de 1932 culminou em um trágico episódio. Naquela data quatro estudantes morreram, Miraguaia, Martins, Dráuzio e Cargo, cujas iniciais, MMDC, foram atribuídas a uma importante organização civil clandestina que se destacou por oferecer treinamento militar voluntário para o Movimento Constitucionalista (MENDES Jr., 1982, p. 33).



Em que pese a atuação, por meio da MMDC, possa ser considerada como o início da atividade organizada e coletiva do movimento estudantil, Mendes Jr. (1982) considera a mobilização estruturada pela UNE, a partir de 1938, como a mais importante, visto que conseguiu realizar uma organização estudantil nacional.

A partir da UNE, o movimento estudantil brasileiro não apenas ganhou projeção nacional, mas também unificou os estudantes de norte a sul em torno dos mesmos objetivos. Com a UNE, os estudantes realizaram a crítica social e imprimiram uma marca ao movimento: a luta pela educação e pela ampliação de direitos para toda a coletividade.

A preocupação com a educação esteve presente desde a origem da União Nacional dos Estudantes. Essa questão pode ser observada na realização do II Conselho Nacional dos Estudantes, ocorrido no ano de 1938, evento que tinha como objetivo criar uma entidade de representação estudantil, quando foram apresentadas propostas de reformas para a educação brasileira (FÁVERO, 1995).

O Plano de Reforma Educacional indicado pelos estudantes ao encerramento do II Congresso Nacional dos Estudantes era composto por pautas que sugeriam propostas de reestruturação dos “objetivos gerais do sistema educacional brasileiro”, inclusive para o ensino superior (FÁVERO, 1995, p. 18).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a origem da União Nacional dos Estudantes foi marcada pelo debate em torno das demandas e objetivos da educação brasileira. A inclusão da educação na pauta de reivindicações do movimento contribuiu para que os estudantes se tornassem interlocutores sobre a questão, visto que realizavam “diagnósticos sobre a realidade social” contribuindo para a construção de “propostas” para os problemas vislumbrados no interior da sociedade (GOHN, 2011, p. 334).

É nesse sentido que para Gohn (1992, p. 20), o sujeito que emerge no interior dos movimentos sociais é o “cidadão coletivo” que luta para a ampliação dos direitos coletivos. Nesse sentido, a partir do exemplo do movimento estudantil, a autora ressalta que este tem se destacado em diferentes contextos históricos, colocando na centralidade das reivindicações a “melhoria da qualidade do ensino” (GOHN, 2011, p. 338).

A luta do movimento estudantil brasileiro em prol da democratização do ensino, ainda pode ser evidenciada em 1959, ano em que os estudantes se posicionaram contrariamente ao Projeto Lei que, posteriormente, instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por meio do jornal “O metropolitano”, os estudantes teceram críticas ao referido projeto lei para a educação. Sobre essa questão Fávero (1995, p. 27) ressalta que,



Referindo-se a distribuição dos recursos destinados a educação, denunciam o caráter dúbio do projeto, por não definir o sentido de suas intenções, deixando campo em aberto a interpretações privatistas que, acobertadas por textos evasivos, melhor poderiam açambarcar o que, por definição e direito, é público.

Priorizando as questões referentes a educação e se posicionando contra a hegemonia vigente nos diferentes períodos históricos, o movimento estudantil foi se constituindo como um amplo movimento social. Os Seminários de Nacionais de Reforma Universitária (SNRU) realizados a partir da década de 1960, que originaram importantes documentos, tais como a Declaração da Bahia e a Carta do Paraná, podem ser apontados como exemplos da luta estudantil em prol da democratização do acesso a educação.

O I Seminário de Reforma Universitária (I SNRU), ocorrido no dia 27 de maio de 1961 na cidade de Salvador, teve suas discussões sintetizadas na “Declaração da Bahia”, documento este que abordou sobre três temas: o ensino superior, a reforma universitária e o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (FÁVERO, 1995).

No referido documento, conforme indica Fávero (1995), os estudantes evidenciaram seu posicionamento crítico em relação às desigualdades sociais, à dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro, o capitalismo, a inflação, entre outros. Ao se posicionarem contrários ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apontaram a urgência de uma lei que comprometida com “a erradicação do analfabetismo e a ampliação de verbas destinadas a educação, visto que, o referido projeto era excludente e não apresentava uma proposta de superação do analfabetismo no Brasil (FÁVERO, 1995, p. 36).

O Segundo Seminário Nacional da Reforma Universitária (II SNRU) que agregou os mesmos objetivos do Seminário da Bahia, foi realizado entre os dias de 17 e 24 de março de 1962, em Curitiba, Paraná e teve suas conclusões reunidas no documento intitulado de “Carta do Paraná”. Este documento abordou sobre a necessidade de “uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social” (FÁVERO, 1995, p. 40).

As proposições para a reformulação da educação superior foram intensamente debatidas no Terceiro Seminário da Reforma Universitária de 1963, realizado em Belo Horizonte. Neste evento foram debatidas propostas de substituição de alguns itens da Lei de Diretrizes e Bases, os quais, de acordo com Araújo (2007, p. 105) referiam-se a:

- a) Extinção da cátedra vitalícia;
- b) Substituição do vestibular, considerado elitista e discriminador, por outras modalidades de acesso;
- c) Insistência nas verbas para a educação;
- d) Participação dos estudantes nos órgãos colegiados, reforçando a tese do 1/3.



Os Seminários de Reforma Universitária, nesse sentido, trouxeram para o debate, questões importantes que permeavam a política educacional do contexto histórico em análise. O movimento dos estudantes, sobretudo a partir da década de 1960, priorizou discussões sobre a abertura da universidade para a classe trabalhadora, debateu a estrutura hierárquica da universidade, defendeu a ampliação da qualidade e das condições de acesso ao ensino superior e ainda colocou em pauta a questão de ampliação de verbas para a educação militou em favor dos direitos não apenas dos estudantes, mas também da coletividade social.

As questões referentes a educação, nesse sentido, de longa data inspiram a luta do movimento estudantil brasileiro. Os jovens, nos diferentes contextos em que atuaram, explicitaram para a sociedade que a educação pode contribuir para a superação das desigualdades e para as transformações sociais.

Para Lenin (2015), a transformação da sociedade requer a assimilação dos conhecimentos acumulados ao longo da história pelo homem. É nesse sentido que embora tecendo crítica ao modelo de educação “livresca” (p.17), a qual por vezes obriga “o jovem a acumular uma massa de conhecimentos inúteis”, que servem ao propósito de acumulação do capitalismo, o autor considerou a importância da educação para iluminar a superação da sociedade do capital. O autor ainda indicou que os jovens podem assumir a centralidade das lutas em prol das transformações sociais. Ainda, considerou que caberá à juventude construir uma sociedade diferente, na qual a igualdade seja real e não apenas formal.

Tendo em vista o discernimento sobre as contribuições da educação para a transformação da sociedade, mesmo em períodos de autoritarismo e cerceamento aos direitos civis e políticos, os jovens, por meio da União Nacional dos Estudantes, criaram estratégias para criticar e debater a conjuntura social e política, reivindicando uma educação justa e igualitária.

A UNE desempenhou, a partir de sua criação, papel de destaque nos acontecimentos sociais e políticos, se estabelecendo como importante entidade de representação dos interesses estudantis, inspirando a organização de diferentes grupos e associações de estudantes em todo o país. Entretanto, podemos afirmar que foi durante o período ditatorial militar (1965 – 1985) que a UNE se solidificou enquanto movimento contra-hegemônico, conforme abordaremos a seguir.

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO DITATORIAL MILITAR

A educação no período da Ditadura Militar (1964-1985) foi um instrumento importante para a difusão de ideologias e para a realização de um projeto de sociedade estruturado sobre as

bases capitalistas. Para tanto, o governo militar se ancorou em leis e reformas para o ensino baseadas em uma pedagogia tecnicista, que tinha, dentre outros objetivos o de, por um lado, formar uma massa de operários e de outro formar dirigentes que coordenassem e fiscalizassem o trabalho operário.

[...] a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade e eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2009, p. 11).

É nesse sentido que a pedagogia tecnicista ao colocar a ênfase na produtividade e no mercado contribuía para uma formação parcial, técnica, cujo único objetivo era auxiliar na consolidação do capitalismo em solo brasileiro.

A UNE, enquanto instituição que historicamente se posicionou em favor da ampliação de direitos sociais, foi uma das primeiras instituições a sofrer com a ação do militarismo, sendo alvo de inúmeras perseguições, as quais culminaram com mortes e tortura de seus líderes. Os militares foram incansáveis em encontrar estratégias que objetivavam a liquidação do movimento estudantil.

Poermer (1979) ressalta que as tentativas de inibir a ação do movimento estudantil foram materializadas, sobretudo por meio da Lei nº 4.464 de 09 de novembro de 1964, denominada de “Lei Suplicy”, a qual tinha como objetivo transformar as entidades estudantis em “meros apêndices do Ministério da Educação” (POERMER, 1979, p. 231).

A referida lei indicava, de acordo com Sanfelice (2008, p. 94), que a representação estudantil passaria a organizada, por meio dos seguintes pelos órgãos:

- O Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior;
- O Diretório Central (DCE), em cada universidade;
- O Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), em cada capital de estado, território ou Distrito Federal, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior;
- O Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal.

De acordo com o mesmo autor, a referida lei facilitava a fiscalização e o controle do movimento estudantil já que qualquer ação, “manifestação ou propaganda de caráter político partidário” passaria pelo crivo da censura e das sanções cabíveis aos órgãos oficiais (SANFELICE, 2008, p. 94).

No entanto, mesmo tendo sua atividade limitada pelos órgãos oficiais do governo militar, o movimento estudantil não apagou a questão da democratização da educação e da universidade da bandeira de suas lutas.



Em oposição a uma universidade antidogmática, voltada para a classe trabalhadora, como defendiam os estudantes, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituição que apoiou o golpe militar, realizou um Simpósio sobre a Reforma da Educação, no mês de dezembro de 1964. No referido evento a instituição organizadora apresentou sugestões de reformas para o ensino superior, dentre as quais, ressaltava a defesa de um ensino pautado na formação técnica, voltada para o atendimento das demandas do industrialismo e a prosperidade econômica do país (SANFELICE, 2008).

Os primeiros anos da atuação estudantil no governo militar, ainda são marcados pela luta contra a influência norte americana na educação brasileira, a qual era expressa por meio do acordo estabelecido entre o MEC e a *United States Agency For International* (USAID). Este acordo tinha como objetivo submeter às instituições de ensino brasileiras ao modelo de educação norte americano (SANFELICE, 1986; 2008; POERMER, 1979).

Para Poermer (1979) o acordo MEC-USAID pretendia a desnacionalização do ensino brasileiro, visto que o mesmo permitia que os americanos planejassem a educação brasileira.

Por acordo MEC-USAID se entende, portanto, geralmente, apenas o que enfeixou, nas mãos de estrangeiros, a escolha dos tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisas e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária; aquele que se destinava a suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho a uniformização ideológica, transformando-as em fundações. [...] (POERMER, 1979, p. 246).

O acordo MEC-USAID, mais do que submeter os estudantes ao modelo de ensino americano, reforçava a ideologia enraizada naquele momento histórico, a qual defendia uma formação escolar voltada para a supressão da carência de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, conforme os direcionamentos da pedagogia tecnicista.

As repercussões do acordo MEC-USAID no movimento estudantil brasileiro são evidenciadas por meio de debates, protestos e seminários. Em 1967, os estudantes organizaram na cidade do Rio de Janeiro um seminário para debater sobre as implicações do acordo na educação brasileira. A síntese do debate resultou um documento em que os jovens denunciaram a infiltração norte americana na educação brasileira, teceram críticas a políticas para a educação efetivadas naquele período histórico e ainda planejaram os próximos passos da luta estudantil contra o regime militar (FÁVERO, 1995).

As reformas, que objetivavam atrelar a educação brasileira aos interesses dos grandes empresários e do sistema capitalista, podem ser evidenciadas na Lei n. 5.540/68, chamada Lei da Reforma Universitária. A referida lei preconizava:



[...] uma universidade voltada para o desenvolvimento do capital. Em primeiro lugar, formando profissionais, mão de obra para as empresas. Isto significou o reforço das áreas tecnológicas em detrimento das ciências humanas, significando também, e o que é mais importante, a possibilidade de uma integração direta com as empresas através das pesquisas, participação de empresários nos órgãos universitários, etc. Num mesmo sentido, a departamentalização, a matrícula por disciplina, a instituição de cursos básicos, a unificação de vestibulares por região e o ingresso na universidade pelo sistema classificatório, além de racionalizar o trabalho, os recursos eliminando “ociosidades” do sistema universitário, segundo os objetivos da Reforma Universitária de 68, reforçaram também o caráter tecnicista e alienante da universidade (ANTUNES, 1983, p. 09).

A Reforma Universitária de 1968 estava claramente comprometida com os interesses capitalistas, mas o movimento estudantil não ficou indiferente, colocando-a na centralidade de suas discussões.

O período ditatorial militar foi efervescente em perseguições com o intuito de calar o movimento estudantil. No entanto, tais fatos não foram totalmente eficazes, pois os jovens não ficaram alheios a realidade política do país, conseguindo, muitas vezes na clandestinidade, aliar a crítica social e política com a atividade prática em favor da educação. O processo de reabertura política que culminou em um período de transição democrática possibilitou que a juventude brasileira fosse às ruas fortalecendo o Movimento de “Diretas Já”, dando fim ao período de poderio militar na condução política do país. Nesse sentido, a realidade vivida mostra que os estudantes estiveram associados às lutas que contribuíram para importantes transformações econômicas, políticas e sociais.

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS ESCOLARES: A NOVA ESTRATÉGIA DE LUTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O movimento estudantil, ao longo de sua história, fez a crítica social e política incorporando a educação como ponto chave em suas reivindicações. Segundo Sánchez Vásquez (2011) a atuação coletiva pautada na crítica social, por meio de uma prática intencional, objetiva a transformação da realidade. Nesse sentido, a ação, coletiva e intencional, se caracteriza como uma verdadeira “práxis social”, conduzindo à “produção de uma nova realidade, política econômica e propriamente social” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2011, p. 337). Nessa perspectiva, é possível compreender as ações estudantis, tanto no passado quanto no presente, contribuem para a produção de novos significados para as lutas em prol dos direitos da classe trabalhadora.

A práxis social dos jovens se materializa na organização de passeatas, abaixo assinados, atos públicos e no recente movimento de ocupação de espaços escolares. Essas formas de organização podem ser apontadas como estratégias utilizadas pelo movimento estudantil para



enfrentar as reformas propostas pelos governos, sejam estas no âmbito social mais amplo ou em específico quando relacionadas à educação.

No âmbito educacional recente a proposta de reorganização de escolas paulistas em 2015 desencadeou um processo de ocupação dos espaços escolares. A medida proposta pelo governo estadual paulista previa o fechamento de, aproximadamente, 200 escolas estaduais, sendo necessária a realocação de mais de 310 mil alunos em outros espaços escolares, fato que conduziria à reorganização dos contratos de trabalho dos docentes (CAMPOS; RIBEIRO; MEDEIROS, 2016).

Além do fechamento de escolas, a reorganização proposta pelo governo paulista afetava o modelo escolar separando os ciclos escolares, até então atendidos simultaneamente na mesma escola. No entanto, com a mudança “cada escola deveria compreender apenas um dos ciclos de ensino, o que afetaria cerca de 1.000 unidades das 5.108 que compõem a rede estadual de educação, abarcando um total de 3,8 milhões de alunos regularmente matriculados” (PAES; PIPANO, 2017, p. 9).

É importante destacar que a proposta de reorganização escolar paulista foi rechaçada por parcela significativa da população, principalmente por alunos, pais, professores e pesquisadores da área educacional. Diante da indisposição da Secretaria de Educação ou de representantes do Estado de São Paulo em dialogar sobre a questão os estudantes assumiram a defesa da educação e da escola.

De acordo com Campos, Ribeiro e Medeiros (2016) na semana em o governo anunciou a reorganização das escolas, foram organizados cerca de 40 protestos, número que dobrou na semana seguinte. Tais protestos ocorreram entre os meses de setembro e outubro e a primeira escola foi ocupada somente no mês de novembro.

Os estudantes se mobilizaram em manifestações nas ruas de São Paulo com a reivindicação de abertura do diálogo entre a Secretaria Estadual de Educação, o governo e a comunidade escolar. Sem retorno alteraram sua estratégia e iniciaram a ocupação de suas escolas no início do mês de novembro e em poucos dias cerca de 220 escolas foram ocupadas na capital e em cidades do interior (SORDI; MORAIS, 2016, p. 26).

Segundo Paes e Pipano (2017) o processo de ocupação de escolas paulistas ocorreu de maneira “não ordenada” e “extremamente rápida”, se alastrando por todo o estado e instalando um significativo paradoxo:

[...]os estudantes, aqueles que saltam o muro para "matar aula", e que carregam todo o imaginário de vandalismo, algazarra e depredação contra o Estado centralizador organizado, protetor do patrimônio público e da boa norma, tinham seus papéis provisoriamente invertidos. Agora, eram os próprios estudantes que assumiam a gestão de suas escolas; enquanto o Estado, armado pela Polícia Militar, lançava sua



primeira ofensiva contra grupos formados majoritariamente por crianças e jovens, menores de idade – com bombas, gases e todo o aparato bélico (PAES; PIPANO, 2017, p. 11).

O processo de ocupação de escolas paulistas provocou a reação do governo, o qual impetrou pedidos de Reintegração de Posse dos espaços escolares. No entanto, a decisão de reintegração de posse, obtida em 12 de novembro, sinalizou para uma manipulação dos estudantes pela APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), evidenciando o que Corti, Corrochano e Silva (2016, p. 1159) denominaram de “ambiguidade” para o tratamento da participação juvenil, pois “quando os jovens não se mobilizam, são acusados de apáticos e individualistas; quando se manifestam, são acusados de ser manipulados por sindicatos ou partidos”.

Entretanto, um “conjunto de decisões no âmbito do Judiciário acabou acarretando a suspensão da reintegração de posse das escolas ocupadas, o que também contribuiu para fortalecer o processo de ocupações” (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1159). Em razão do fortalecimento do movimento estudantil e do apoio de diversos segmentos sociais às reivindicações dos estudantes, o governo paulista cedeu, suspendendo a reorganização em dezembro de 2016.

Em que pese a correlação de forças evidenciada entre governo e movimento estudantil, e o aparato administrativo, policial e jurídico estar sob a batuta dos grupos que comandam o Estado, os jovens envolvidos nas ocupações conseguiram uma vitória histórica, fraturando “a hegemonia de poder instalada na rede estadual de ensino” e, ainda, evidenciaram que “a escola, como a própria vida, pode sempre ser reinventada” (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1171).

Em 2016 o governo federal deflagrou uma série de ações que colocaram em risco direitos adquiridos e a formação dos jovens brasileiros, dentre os quais destacamos a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, os quais após trâmite legislativo no Congresso Nacional foram validados e transformados na Lei nº 13.415/2017 e na Emenda Constitucional nº 95/2016, respectivamente. A MP nº 746/2016 propôs reformar a oferta do ensino médio, ampliando a carga horária, com possibilidade de implantação da oferta em tempo integral, suprimindo a obrigatoriedade do ensino de artes e educação física, reorganizando o currículo com ênfase em áreas de conhecimento e desvalorizando a formação para o magistério por meio do reconhecimento do notório saber, dentre outras questões. A PEC nº 241/2016 tinha como fundamento a necessidade de ajuste fiscal para reequilibrar as contas públicas e propunha, dentre outras medidas o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos, onerando áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do país, dentre as quais se insere a educação.



As duas propostas contribuíram para uma acalorada discussão a respeito dos caminhos educacionais previstos pelo governo federal. A insatisfação em relação as propostas ocuparam espaços em diferentes segmentos da sociedade, mas na educação se tornou determinante para diversos protestos de educadores e estudantes. No estado do Paraná o movimento estudantil tomou as rédeas das reivindicações em defesa da educação e da escola e organizou a ocupação de instituições de ensino, tanto da educação básica quanto superior. Segundo dados, divulgados pelo Movimento Ocupa Paraná e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 1197 escolas foram ocupadas em todo o país, das quais cerca de 850 estavam localizadas no estado paranaense. Também foram ocupadas 14 universidades e 3 Núcleos Regionais de Ensino.

A ocupação dos estudantes foi organizada, planejada e com objetivo claro de resistir, de opor-se às ações do Governo Federal que afetam diretamente a educação. E, desse modo, chamar a atenção da população, esclarecer, debater e motivar deputados e senadores envolvidos na discussão parlamentar a respeito tanto da Medida Provisória em tela quanto da Proposta de Emenda à Constituição. Portanto, mostraram a sua força de organização juvenil em prol de garantias futuras para toda a população brasileira. O lema “Ocupar e Resistir” usado pelos estudantes expressou de forma clara que a ocupação visava oposição justificada em relação às ações governamentais, ou seja, que a criticidade juvenil existe e é também impulsionadora de ações que visam proteger direitos sociais fundamentais, como é o caso da educação (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 177).

As ocupações de escolas no Paraná, em 2016, podem ser consideradas estratégia para barrar as reformas apresentadas pelo governo federal, evidenciando parcela significativa de um movimento que se expandiu por todo o país. O movimento iniciado no Paraná, rapidamente ganhou a adesão de estudantes de outros estados, os quais ocuparam suas escolas e universidades, visto que os estudantes universitários se aliaram aos secundaristas na luta pela educação brasileira.

Mesmo que as reivindicações para a retirada ou alteração das propostas do governo federal não tenham surtido o efeito desejado, visto que o movimento sofreu profundo ataque de grupos conservadores e reacionários, culminando com uma série de Medidas liminares para a reintegração de posse dos espaços escolares no estado do Paraná, a ação dos estudantes movimentou a sociedade brasileira, realizou enfrentamento com grupos políticos e mostrou como a juventude entende a realidade.

Nesse sentido, o movimento de ocupações das escolas, instigou o debate crítico sobre os rumos da educação do país, propiciou a reflexão sobre os limites das reformas propostas pelos governantes e demonstrou que os jovens não estão alheios às decisões políticas adotadas pelo Estado. Os estudantes, ao expressarem seus interesses e defesas durante o processo de ocupação, suscitaram o debate para as demandas educacionais, imprimindo “novas faces às lutas sociais pautadas na educação” (SORDI; MORAES, 2016, p. 26).



Ao tecer considerações sobre as contribuições do movimento estudantil para um processo de emancipação, Mandel (1979, p. 99), considera que é “através de um esforço consciente para ultrapassar os seus próprios limites inevitáveis que a vanguarda do movimento estudantil poderá representar um papel importante na construção e no reforço de novas organizações revolucionárias”.

Dessa maneira, a atuação consciente e engajada na leitura dos limites da sociedade pode contribuir para a construção de um movimento efetivamente revolucionário. Aqui a crítica social aliada à luta é a força motriz que contribui para mudanças importantes, visto que no processo de ocupações, a crítica deu sustentação à luta e vice e versa.

Essas ocupações evidenciaram que há uma luta pela apropriação do espaço público que se contrapõe a lógica da propriedade privada, que mercantiliza e priva de acesso os estudantes periféricos e filhos de trabalhadores. Em síntese, a autodefesa da escola foi a defesa da educação pública em contraposição a sua terceirização e futura privatização. Portanto, os estudantes também disseram que a saída não está na mercantilização do ensino, mas sim no fato de que a escola que eles querem precisa garantir a participação direta, a autodeterminação e o envolvimento de crianças e adolescentes em seu projeto político-pedagógico (OLIVEIRA, 2016, p. 55).

As ocupações, nesse sentido, colocaram em discussão as medidas que diretamente afetam a organização, a oferta e a qualidade da educação pública no Brasil. Os jovens demonstraram que a organização e a clareza dos objetivos da luta, são estratégias que podem contribuir para a efetivação das mudanças que almejam.

Os jovens não apenas mostraram para a coletividade da sociedade os limites das políticas e reformas propostas pelo governo federal, mas também mostraram que sabem fazer política e que a educação ainda é a principal bandeira do movimento estudantil brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas é possível inferir que, historicamente, o movimento estudantil brasileiro militou em prol da educação pública. Os jovens, com suas ações, mostraram que a educação pode contribuir para importantes transformações sociais e com base em tal perspectiva fizeram da mesma uma das principais bandeiras da luta estudantil.

A análise empreendida conduz à compreensão de que o movimento dos estudantes se legitimou, nos diferentes períodos históricos, em razão de aliar crítica social com as lutas que buscavam a ampliação, manutenção e garantia dos direitos sociais. Nesse sentido, contribuiu para importantes transformações sociais.



A luta dos jovens contra a ditadura militar explicita claramente a argumentação proposta. No período citado, os jovens não se intimidaram frente à opressão do regime instalado no Brasil e mesmo agindo na clandestinidade, com escassez de recursos e mudando as estratégias de ação, a luta em prol da educação não parou e os jovens se mostraram como uma força capaz de abalar as estruturas vigentes. É nesse sentido que se torna possível afirmar que o envolvimento dos estudantes em lutas comprometidas com a ampliação dos direitos estudantis, com a democratização da educação e com a contestação da uma ordem social, política e econômica estabelecida imprimiu ao movimento estudantil a marca de um amplo movimento social.

Nos dias atuais, os jovens estudantes têm demonstrado sua força enquanto movimento capaz de se organizar na luta por seus direitos, pela alteração da desigualdade social e econômica no país e, quiçá, para a transformação radical da atual forma de sociabilidade. As ocupações de espaços escolares evidenciadas nos estados de São Paulo e Paraná são exemplos recentes que explicitam como o movimento estudantil brasileiro pode exercer sua força organizativa e contribuir para a formação de uma consciência coletiva que tenha a transformação social como fim.

Assim, os fatos demonstram como a sociedade ainda tem muito a aprender com o movimento estudantil brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Américo. **Movimento estudantil: crises e perspectivas para uma prática revolucionária**. São Paulo: Editora Aparte, 1983.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Damara, 2007.

CAMPOS, Antonia. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out/dez., 2016

FÁVERO, Maria de Lurdes. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FLACH, Simone de Fátima; SCHLESNER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **ETD- Educação**



Temática Digital. Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan/mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647613>>. Acesso em: 01 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647613>.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Cortez, 1992.

LENIN, Vladimir Ilich. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MANDEL, Ernest. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MENDES JR., Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

OCUPA PARANÁ. **Nosso maior número foi**. Disponível em: <<http://ocupaparana.org/>> . Acesso em: 28 fev. 2016.

OLIVEIRA, Sandro Barbosa. As ocupações secundarista em SP: da autodefesa do espaço a escola autogerida. **Revista Pensata**, v.5, n.2, p. 52-58, nov. 2016.

PAES, Bruno Teixeira. T.; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas da política e educação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n.1, p. 6-25. jan/mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647799>>. Acesso em: 01 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647799>.

POERMER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SÁCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo . S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Alínea, 2008.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil**: a reforma universitária no centro da luta estudantil nos anos 60. 2014. 348 f. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SORDI, Denise Nunes de; MORAIS, Sérgio Paulo. Os estudantes ainda estão famintos: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. **Religación**: Revista



de Ciencias Socialiales y Humanidades, Quito, Ecuador, v. 1, n.2, p. 25-43, jun. 2016.
Disponível em: < http://revista.religacion.com/article-de-sordi_morais.html >. Acesso em: 11 out. 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações.** 2016. Disponível em: < <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pauta-de-mobilizações/> >. Acesso em: 11 out. 2016.

Sobre as Autoras

ⁱ **Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin** – Licenciada em História, Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: audiboutin@hotmail.com

ⁱⁱ **Simone de Fátima Flach** – Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: eflach@uol.com.br